

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Adriana Duarte Leon1

FONSECA, Marcus Vinícius; SILVA, Carolina Mostaro Neves da; FERNANDES, Alexandra Borges (Orgs). *Relações étnico-raciais e educação no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011. (Série Seminários - Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil). 215p.

O livro *Relações étnico-raciais e a educação no Brasil* faz parte da série Seminários, da Coleção Pensar a Educação Pensar o Brasil, publicado em parceria entre a Mazza Edições e o Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil – 1822/2022. Este projeto, iniciado em 2007, articula ações de ensino, pesquisa e extensão e enfrenta o desafio de pensar o Brasil, pautando questões polêmicas no campo educacional².

A coleção Seminários é consequência dos Seminários temáticos anuais realizados pelo Projeto Pensar a Educação Pensar o Brasil, no ano 2009 o seminário tratou das Relações étnico-raciais e a educação. Cada texto publicado na obra em análise, faz referência a um debate realizado no seminário temático.

O livro *Relações étnico-raciais e a educação no Brasil* reúne seis artigos que dialogam de forma pertinente com o tema proposto. Cabe observar que ao pensar a educação e as relações étnico-raciais no Brasil, os autores ponderam sobre um tema polêmica no debate atual das políticas públicas. Os textos explicitam diversas abordagens sobre a questão e possibilitam ao leitor visualizar aspectos históricos, sociais e políticos.

Nesta lógica, visualizamos os artigos da obra, contemplados em dois blocos temáticos: o primeiro bloco composto por textos que analisam a atualidade do debate étnico-racial e pautam o decreto lei 10.639 de 2003 como um marco para a questão étnico-racial no Brasil. O segundo bloco aglutina textos que pensam a constituição histórica da discriminação étnico-racial no país, contemplando de forma específica os negros, indígenas e imigrantes. Embora os organizadores da obra

1 Graduada em Pedagogia, História e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pelotas. Atualmente é doutoranda em Educação na Universidade de Minas Gerais e bolsista CNPq. E-mail: adriana.adrileon@gmail.com

2 Mais informações sobre o projeto e a coleção podem ser buscadas no site: www.fae.ufmg.br/pensareducacao

não tenham estabelecido esta subdivisão para a organização dos textos no livro, comentaremos a obra a partir destes dois grandes blocos.

Seguindo a organização proposta observamos que os textos de Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Nilma Lino Gomes e Luiz Alberto Oliveira Gonçalves se aproximam ao realizar uma abordagem que dialoga com as polêmicas contemporâneas do debate étnico-racial. Petronilha observa que embora a sociedade brasileira seja multicultural não aprendeu a tratar pedagogicamente as questões étnico-raciais, de acordo com ela precisamos aprender a ensinar essas relações, como bem sugere o título do seu artigo: *Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil*.

O conceito de civilização mobilizado no século XVIII pelos europeus estabeleceu a branquitude como norma para o Brasil, embora o país não fosse branco o clareamento da população era um dos objetivos explícitos, principalmente com a migração. Tal concepção vigorou por um período longo no imaginário social e propiciou o ocultamento da diversidade no país.

Afirmar, aprender e ensinar a multiculturalidade brasileira é a ideia base para reorganização das demandas étnico-raciais no país, nesta lógica de enfrentamento aos dilemas étnico-raciais, Nilma Lima Gomes afirma que o Brasil estabeleceu um padrão estético cultural branco, enquanto majoritariamente a população era negra ou mestiça, encarar tal situação é fundamental para superação do racismo. Nilma aborda de forma específica as mudanças ocorridas na legislação e destaca o sancionamento da lei 10.639/03 como um marco importante no avanço das políticas étnico-raciais no Brasil. Tal lei torna obrigatório a inclusão do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira nos currículos da educação básica.

De certa forma a lei 10.639/03 exige a readequação dos cursos de formação de professores, que devem capacitar seus alunos para atender as questões étnico-raciais no currículo da educação básica. Temos percebido algumas iniciativas neste sentido, principalmente no que tange o oferecimento de cursos de especialização ou formação continuada, no entanto parece que ainda falta perceber como que os cursos de formação de professores têm incorporado a lei 10.639/03 nos seus currículos.

O terceiro texto do nosso bloco foi escrito por Luiz Alberto e retoma a história do movimento negro no Brasil, aborda aspectos históricos e sociológicos da constituição do movimento negro e do

racismo no cenário brasileiro. Na opinião do autor grande parte dos avanços, principalmente no campo das políticas públicas, foram conquistados pela organização do movimento negro. De acordo com Luiz pensar o racismo no nosso país implica em pensar na lógica dos esquecidos e excluídos, pois o Brasil foi por muito tempo um país que se reivindicava branco e este era o sujeito que obtinha ascensão social.

É interessante observar que os três autores destacam a afirmação da desigualdade como estratégias fundamental de enfrentamento ao racismo no Brasil. O movimento negro tem sido o principal porta-voz das reivindicações étnico-raciais e em alguns casos obtido êxito, como é o caso da lei 10.639 de 2003, um marco para debate étnico-racial e motivo de comemoração para o movimento negro no país.

Compondo o nosso segundo bloco estão os textos de Marcus Vinícius Fonseca, Rubem Caixeta de Queiroz e Lúcio Kreutz, tratam da constituição étnico-racial do Brasil sob o enfoque específico de três grupos: os negros, índios e imigrantes. Tais autores exploram a ideia de que esses grupos foram escanteados da constituição étnico-racial do Brasil, pois quando considerados a sua condição étnico-racial era posta em segundo plano.

O texto do Rubem aborda a alfabetização nas comunidades indígenas e busca compreender o significado da escrita para essas comunidades, realiza uma análise etnográfica e pauta experiências de escolarização organizadas por missões evangelizadoras e pelo Ministério da Educação. Salienta que o grande desafio para a escola indígena e para os educadores indígenas é atender de forma harmônica *a tradição nativa e apropriar-se da técnica*.

Naturalmente a interação cultural produz experiências novas para os grupos interagentes, no entanto pondera-se aqui sobre a imposição cultural presente na nossa constituição histórica, esse destaque aparece nos três textos analisados no segundo bloco. Lúcio ao abordar os grupos étnicos no Brasil, através da história das escolas étnicas de imigrantes, observa que de 1819 a 1947 o país recebeu em torno de 4.900,000 imigrantes de diversas etnias. As escolas étnico-comunitárias dos imigrantes foram um espaço de afirmação e de reelaboração das características culturais dos respectivos grupos e tinham em comum o fato de haverem sido escolas étnicas, cujo o currículo retratava as dimensões culturais próprias do respectivo grupo.

Com a afirmação do Estado nacionalista na década de 1930

a pluralidade étnica expressada nas escolas passa a ser um inconveniente para o Estado e em 1938 o decreto n. 406 dá início a publicação de uma série de decretos que limitaram afirmação cultural e políticas da escolas étnicas de imigrantes. Exemplificando a lógica destacada anteriormente de imposição cultural.

O texto do Marcus Vinícius apresenta algumas reflexões que ele realizou na pesquisa de doutoramento, publicada na forma de livro em 2009, na tese pautou a população negra nas escolas mineiras do século XIX. No artigo pauta a população negra de Minas Gerais destacando as particularidades do espaço escolar. Utiliza dados dos censos demográficos e conclui afirmando que no início do século XIX a população de Minas era majoritariamente composta por negros e a presença destes nas escolas da província era algo significativo. De acordo com os dados por ele analisados em várias escolas a quantidade de alunos negros era maior que a quantidade de alunos brancos. Seguindo a lógica de nossas ressalvas e salutar destacar que o autor percebe nas práticas docentes do período a tendência a branquear os membros do grupo.

Os três textos que englobamos no segundo bloco são relevantes, pois estimulam e possibilitam ao leitor perceber a forma como nos constituímos no campo étnico-racial. Compreender as facetas que propiciaram o ocultamento diversidade é fundamental para construir uma sociedade multicultural, que precisa aprender a viver as relações étnico-raciais de forma plena e igualitária.

Por fim, o livro é uma contribuição significativa para a reflexão sobre educação étnico-racial no Brasil, pois analisa a questão no âmbito histórico, sociológico e político. Possibilita ao leitor entender polêmicas contemporâneas sobre questão, bem como visualizar sua constituição na história social do nosso país.

REFERÊNCIA

FONSECA, Marcus Vinícius. *População negra e educação: o perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2009. (Série Estudos Históricos - Coleção Pensar a Educação, Pensar o Brasil).

Aprovado em julho de 2014
Publicado em setembro de 2014